

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS PASSO FUNDO
CURSO DE MEDICINA

EDUARDO CÉSAR GOUVEIA SOARES

**TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO AFASTAMENTO DO TRABALHO NO
BRASIL DE 2006 A 2023**

PASSO FUNDO - RS

2025

EDUARDO CÉSAR GOUVEIA SOARES

**TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO AFASTAMENTO DO TRABALHO NO
BRASIL DE 2006 A 2023**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de
Medicina da Universidade Federal da
Fronteira Sul *Campus* Passo Fundo, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Medicina.

Orientador: Prof^o. Me. Rogério Tomasi Riffel

Coorientadora: Prof^a. Dra. Renata dos Santos Rabello

Coorientadora: Prof^a. Me. Patrycia Chedid Danna

PASSO FUNDO - RS

2025

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Soares, Eduardo César Gouveia
TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO AFASTAMENTO DO
TRABALHO NO BRASIL DE 2006 A 2023 / Eduardo César
Gouveia Soares. -- 2025.
50 f.

Orientador: Mestre Rogério Tomasi Riffel
Coorientadores: Doutora Renata dos Santos Rabello,
Mestra Patrycia Chedid Danna

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Medicina, Passo Fundo, RS, 2025.

1. Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho. 2.
Saúde Mental Ocupacional. 3. Afastamento Laboral. 4.
Epidemiologia Ocupacional. 5. Políticas Públicas de
Saúde. I. Riffel, Rogério Tomasi, orient. II. Rabello,
Renata dos Santos, co-orient. III. Danna, Patrycia
Chedid, co-orient. IV. Universidade Federal da Fronteira
Sul. V. Título.

EDUARDO CÉSAR GOUVEIA SOARES

**TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO AFASTAMENTO DO TRABALHO NO
BRASIL DE 2006 A 2023**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Medicina
da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Passo
Fundo, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Medicina.

Este Trabalho de Curso foi defendido e aprovado pela banca em:

24 /05 /2025

BANCA EXAMINADORA:

Profº. Me. Rogério Tomasi Riffel (Orientador)

Prof. Dra. Vanderléia Leodete Pulga

Esp. Felipe Guerra

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, que, infelizmente não está mais presente neste plano físico comigo. Na data de apresentação deste trabalho fará 10 meses de sua partida, comigo ficou uma grande saudade que não cabe no peito, mas a certeza de que ela precisava descansar. Fico em coração em paz por ter dedicado minha vida adulta em prol do cuidado de sua saúde e carrego comigo a honra da criação que ela me deixou, junto com seus ensinamentos, tenho convicção que me tornei um grande homem para dar orgulho para minha “mãezinha linda do meu coração” onde quer que ela esteja. Rezo a Deus para que continue cuidando dela e de mim também, como gostaria que minha mãezinha ainda estivesse aqui comigo e pudesse assistir a este trabalho, registro de um marco do curso, mas a levarei sempre comigo no meu coração e eternamente em minha memória.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho também a Dona Guilhermina, uma tia do coração que, desde que cheguei em Passo Fundo, cuida de mim, preocupa-se comigo e sempre está mandando alguma mensagem para saber como estou, saiba que a senhora é muito importante e fundamental para mim, sou eternamente grato por você existir na minha vida.

Também dedico este trabalho à Casa Espírita Dias da Cruz, em que representados pelo presidente Paulo foi instrumento de Deus em minha vida desde que cheguei à Passo Fundo, marcando presença com doações, carinho, cuidado, respeito e refúgio espiritual. Nunca irei esquecer do que já fizeram por mim, inclusive com a ação coletiva dos voluntários no enterro da minha mãe. Hoje, também sou voluntário da casa e aprendo um pouco sobre doação ao próximo sempre que estou junto com meus amigos do bem, obrigado a todos vocês por também existirem na minha vida.

Ademais, também dedico este trabalho a minha atual namorada, Cristina, em que junto com sua família tem me trazido uma ressignificação de lar. Não esqueço dos meus Orientadores, Coorientadores, amigos e colegas que, de alguma forma, ajudaram-me ao longo dessa jornada, em especial prof. Renata me “salvando” no TC; meu amigo Luidgi, desde o início se preocupando em me dar dicas de como me sair bem no projeto; Heloísa Brito, que também se importou comigo no 6º período e ao amigo Hithalo Gaião por todo o suporte emocional ao longo da minha jornada.

EPÍGRAFE

Eu falei que era uma questão de tempo
E tudo ia mudar, e eu lutei
Vários me disseram que eu nunca ia chegar, duvidei
Lembra da ladeira, meu?
Toda Sexta-feira meu melhor amigo é Deus e o segundo melhor sou eu
Eu tanto quis, tanto fiz, tanto fui feliz
Eu canto Xis, canto Péricles, canto Elis
Torcedor do Santos, desse pão e circo eu também quis
Não sei feliz, mas geral merece não ser infeliz
Prosperarei com o suor do meu trabalho
Me guardei, lutei sem buscar atalho
Ou sem pisar em ninguém
Sem roubar também, então sei
Que hoje o meu nome é F@d@ e meu sobrenome é pra C@ralh@
Deus olhou pra mim, disse assim, escuta neguin
Pegue esse caderno e escreve em cada folha até o fim
Eu disse Senhor, sou tão tímido, sinto mó pavor
Só subir no palco a perna congelou
Mas rodei o Brasil, CD na mochila foi cinquenta mil
Mão em mão, na rodoviária passando mó frio
Quem viu, viu, Curitiba meu tesouro, foi estouro
Vinte e cinco mil, tio, DVD de ouro
Triunfo bombou, Leandro estourou, Michel prosperou
Dei valor, só trabalhador, homens de valor
Minha cor não me atrapalhou, só me abençoou
Quem falou que era moda, hoje felizmente se calou
Vai, vai lá, não tenha medo do pior
Eu sei que tudo vai mudar
Você vai transformar o mundo ao seu redor
Mas não vacila, moleque de vila, moleque de vila, moleque de vila
Não vacila, moleque de vila, moleque de vila, moleque de vila
Já fui vaiado, já fui humilhado, já fui atacado
Fui xingado, ameaçado, nunca amedrontado
Aplaudido, reverenciado, homenageado
Premiado pelos homens, por Deus abençoado
E hoje eu acordei chorando porque eu me peguei pensando
Será que lá de cima a minha veia segue me olhando?
Será que se me olhando, ela ainda 'tá me escutando?
Será que me escutando, ela ainda 'tá se orgulhando?
Hoje tanto faz, put@ria 'tádemaís
Mas ninguém se liga mais, mas ninguém respeita os pais
Mas pra mim tanto faz porque ainda tem Racionais
Pra quem quer, diferente tem, Oriente e Haikass
Raps nacionais, rostos diferentes, mesmos ideais
Salve, Sabota, e todo Rap sem lorota
Os manos gosta de ir no Twitter xingar o Projota
Mas trai a mulher e não abraça a mãe, faz uma cota
Desde os dezesseis 'to aqui, outra vez, vou sorrir
Vou cantar, vou seguir
Vou tentar conseguir
Se quer falar mal, fala daí
Mas meu público grita tão alto que já nem consigo te ouvir
Olha lá o outdoor com o meu nome
Me emocionar não me faz ser menos homem
Se o diabo amassa o pão, você morre ou você come?
Eu não morri e nem comi, eu fiz amizade com a fome.

(Música do Projota, 2016)

APRESENTAÇÃO

O presente Trabalho de Curso foi estruturado de acordo com as normas do Manual de Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul e esteve em conformidade com o Regulamento do Trabalho do Curso de Graduação em Medicina do *Campus* de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, como pré-requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Medicina, pelo graduando Eduardo César Gouveia Soares, sob orientação do Prof. Me. Rogerio Tomasi Riffel, e coorientação da Prof^a. Dra. Renata dos Santos Rabello e da Prof^a. Me. Patrycia Chedid Danna. Este volume foi composto pelo segmento descrito: projeto de pesquisa intitulado “TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO AFASTAMENTO DO TRABALHO NO BRASIL DE 2006 A 2023”, referente ao projeto de pesquisa, realizado em 2024.1, para o componente curricular Trabalho de Curso I, que serviu para o Relatório de Pesquisa realizado no componente curricular Trabalho de Curso II, no período de 2024.2 e, posteriormente, uma análise e divulgação dos resultados da pesquisa obtida na forma de artigo científico, que foi entregue em 2025.1 para o Trabalho de Curso III. O estudo tinha por objetivo investigar os transtornos mentais associados ao afastamento do trabalho, comparando-os entre períodos e Unidades Federativas brasileiras.

RESUMO

O afastamento do trabalho devido a transtornos mentais resulta em ônus financeiro para os empregadores, devido aos custos associados ao absenteísmo, presenteísmo e tratamento. As disparidades regionais ressaltam a necessidade de políticas e programas adaptados, permitindo a identificação de tendências ao longo do tempo e fornecendo “insights” para gestores de instituições e profissionais de saúde. Ao analisar os dados coletados entre janeiro de 2006 a dezembro de 2023, este estudo pretende oferecer uma compreensão abrangente das mudanças temporais e regionais nos padrões de afastamento do trabalho devido a transtornos mentais. A incidência e o manejo dos transtornos mentais variam conforme diferentes regiões geográficas e ao longo do tempo, sendo mais comuns em áreas urbanas devido ao estresse ocupacional e pressão por desempenho. Trata-se de um estudo quantitativo observacional ecológico, cujo objetivo é traçar e descrever o perfil dos transtornos mentais relacionados ao afastamento do trabalho, que acometeram profissionais em diferentes períodos e regiões, por Unidades Federativas de residência, de modo a delinear o comportamento populacional influenciado pelo tempo, seus costumes e o "modus operandi". Serão observados os dados referentes via coleta do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), por ser um caso de notificação compulsória e se observa que os principais transtornos advindos do afastamento laboral têm um total de 22.131 casos registrados, sendo os Códigos Internacionais de Doenças (CIDs) mais registradas o Transtorno neurótico/Transtorno relacionado com stress e somático – F40-48 (11.022); Transtornos do humor [afetivos] – F30-39 (4965); CID não preenchido (2532); Síndrome de Burnout [esgotamento] – Z73.0 (1087); Transtorno mental não especificada – F99-F99 (642). Os resultados deste estudo contribuirão para delinear o perfil da saúde mental dos trabalhadores, visando o desenvolvimento de políticas e intervenções em saúde mental ocupacional. A relevância dessa pesquisa reside na necessidade de evitar o aumento de profissionais inativos e dependentes de afastamento laboral, o que sobrecarrega o INSS e impacta negativamente a economia, promovendo, assim, a saúde mental no ambiente de trabalho e a continuidade da produção econômica.

Palavras chaves: Transtornos Mentais, Afastamento do Trabalho, Saúde Mental Ocupacional, Doenças de notificação compulsória, Análise Temporal.

ABSTRACT

Absence from work due to mental disorders results in a financial burden for employers, due to the costs associated with absenteeism, presenteeism and treatment. Regional disparities highlight the need for adapted policies and programs, allowing the identification of trends over time and providing “insights” for institutional managers and health professionals. Data relating to data collected by the Department of Informatics of the Unified Health System (DATASUS) will be observed, as it is a case of compulsory notification and it is observed that the main disorders resulting from work leave have a total of 22,131 registered cases, with the International Codes of Diseases (ICDs) most recorded Neurotic disorder/Stress-related and somatic disorder – F40-48 (11,022); Mood disorders [affective] – F30-39 (4965); CID not filled in (2532); Burnout Syndrome [exhaustion] – Z73.0 (1087); Unspecified mental disorder – F99-F99 (642). By analyzing data collected between January 2006 and December 2023, this study aims to provide a comprehensive understanding of temporal and regional changes in patterns of absence from work due to mental disorders. The incidence and management of mental disorders vary across different geographic regions and over time, being more common in urban areas due to occupational stress and performance pressure. This is an ecological observational quantitative study, whose objective is to outline and describe the profile of mental disorders related to absence from work, which affected professionals in different periods and regions, by federative units of residence, in order to outline the influenced population behavior by time, its customs and the "modus operandi". The results of this study will contribute to outlining the mental health profile of workers, aiming to develop policies and interventions in occupational mental health. The relevance of this research lies in the need to avoid the increase in inactive professionals and those dependent on work leave, which overloads the INSS and negatively impacts the economy, thus promoting mental health in the workplace and the continuity of economic production.

Keywords: Mental Disorders, Absence from Work, Occupational Mental Health, Notifiable Diseases, Temporal Analysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 DESENVOLVIMENTO.....	16
2.1 PROJETO DE PESQUISA.....	16
2.1.1 Tema.....	16
2.1.2 Problema.....	16
2.1.3 Hipóteses.....	16
2.1.4 Objetivos	17
2.1.4.1 <i>Objetivo Geral</i>	17
2.1.4.2 <i>Objetivos Específicos</i>	17
2.1.5 Justificativa.....	17
2.1.6 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1.7 METODOLOGIA.....	24
2.1.7.1 <i>Tipo de Estudo</i>	24
2.1.7.2 <i>Local e período de realização</i>	25
2.1.7.3 <i>População e amostragem</i>	25
2.1.7.4 <i>Variáveis, instrumentos e coleta de dados</i>	25
2.1.7.5 <i>Processamento e análise dos dados</i>	26
2.1.7.6 <i>Aspectos éticos</i>	26
2.1.8 RECURSOS	26

2.1.9 CRONOGRAMA.....	27
REFERÊNCIAS	28
ANEXOS.....	30
2.1.10 RELATÓRIO DE PESQUISA	31
<i>2.1.10.1 Apresentação.....</i>	<i>31</i>
<i>2.1.10.2 Desenvolvimento.....</i>	<i>31</i>
<i>2.1.10.3 Considerações Finais</i>	<i>32</i>
3.1 ARTIGO CIENTÍFICO.....	33
4. CONCLUSÃO	45

1 INTRODUÇÃO

Os transtornos mentais, globalmente, são uma causa substancial de incapacidade laboral, exercendo um impacto significativo na saúde pública e na economia (Vigo et al., 2016). Compreender as variações na incidência e no manejo desses transtornos ao longo do tempo e entre diferentes regiões geográficas representa um desafio fundamental, especialmente considerando a complexidade da carga global de doenças mentais (Vigo et al., 2016). Nesse sentido, a análise dos afastamentos do trabalho por transtornos mentais emerge como uma área de pesquisa crucial para a promoção da saúde mental e o desenvolvimento de políticas eficazes de prevenção e intervenção.

No contexto brasileiro, entre os anos de 2006 a 2023, há uma crescente preocupação com os transtornos mentais relacionados ao trabalho, impulsionada por sua prevalência e pelos impactos sociais e econômicos associados (Almeida et al., 2019; Santos et al., 2018; Silva et al., 2019). Estudos recentes têm destacado que transtornos como depressão, ansiedade, estresse ocupacional e síndrome do Burnout têm sido frequentemente citados como causas de afastamento do trabalho no país.

Durante esse período, o Brasil testemunhou mudanças significativas na legislação trabalhista, como a implementação de políticas de saúde e segurança no trabalho, que visavam proteger os direitos dos trabalhadores e promover ambientes de trabalho mais saudáveis (Almeida et al., 2019). No entanto, apesar desses avanços, os transtornos mentais continuam a representar uma das principais causas de afastamento do trabalho no país, com impactos adversos na produtividade, na qualidade de vida e na economia como um todo (Vigo et al., 2016).

É fundamental compreender que a ocorrência e a gestão desses transtornos podem variar entre diferentes períodos e regiões geográficas, influenciadas por fatores socioeconômicos, culturais e políticos (Dewa et al., 2017). Assim, objetiva-se investigar as disparidades regionais e temporais nos afastamentos do trabalho por transtornos mentais. As disparidades regionais e de gênero na incidência de transtornos mentais relacionados ao trabalho são evidentes, especialmente entre as regiões norte-nordeste e sul-sudeste do Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), as taxas de afastamento do trabalho devido a transtornos mentais são mais elevadas nos distritos do sul e sudeste, com uma incidência de aproximadamente 20% entre os homens economicamente ativos e 25% entre as mulheres. Nas regiões norte e nordeste, essas taxas são ligeiramente menores, com cerca de 15% entre os homens e 20% entre as mulheres. Desde 2006, tem sido observado um aumento significativo nos afastamentos do trabalho relacionados à saúde mental. Estudos epidemiológicos conduzidos ao longo das últimas décadas corroboram essa tendência preocupante. Por exemplo, uma pesquisa longitudinal realizada por Jones et al. (2012) analisou dados de afastamentos por motivos de saúde mental em uma amostra representativa de trabalhadores nos Estados Unidos, revelando um aumento constante de 5% ao ano desde 2006. Essa análise evidencia uma tendência consistente de crescimento nos afastamentos do trabalho relacionados à saúde mental ao longo do tempo no mundo.

A tendência crescente na prevalência de transtornos mentais também é documentada em estudos recentes. Greenberg et al. (2015) destacaram em sua pesquisa que a depressão é uma das principais causas de incapacidade em todo o mundo. Essa constatação é reforçada por dados compilados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que indicam um aumento de 15% na prevalência global de depressão entre 2006 e 2016, segundo a OMS (2018). Além disso, outros transtornos mentais, como ansiedade e burnout, também têm apresentado aumento na sua incidência, conforme evidenciado por estudos longitudinais conduzidos por Smith e colegas (2019).

Essa tendência ascendente nos afastamentos do trabalho por questões de saúde mental pode ser atribuída a uma série de fatores. Greenberg et al. (2015) aponta para uma maior conscientização e diminuição do estigma associado aos problemas de saúde mental como possíveis causas desse aumento. Além disso, mudanças no ambiente de trabalho têm desempenhado um papel significativo nesse cenário. A crescente pressão por resultados e a precarização do emprego têm sido identificadas como fatores contribuintes para o aumento do estresse e da ansiedade entre os trabalhadores, como já afirmado por Almeida & Mello (2019).

Portanto, os estudos epidemiológicos recentes corroboram a crescente preocupação com os afastamentos do trabalho por questões de saúde mental desde 2006. Essa tendência demanda uma abordagem abrangente e proativa por parte das organizações e da sociedade para mitigar os impactos negativos na saúde e no bem-estar dos trabalhadores. Considerando as diferenças entre períodos e regiões por unidades federativas de residência no Brasil, bem como as mudanças nas políticas de saúde mental e no ambiente de trabalho, este estudo busca explorar a incidência de afastamentos laborais por questões de saúde mental, que são determinadas pela ocorrência de notificações compulsórias de transtornos mentais relacionadas ao afastamento de trabalho entre os anos de 2006 a 2023; a frequência de afastamento do trabalho, por problemas de saúde mental, entre 2006 a 2023 entre regiões e por unidades federativas de residência no Brasil; as características sociodemográficas, entre elas idade, gênero e escolaridade, dos indivíduos com afastamento do trabalho com problema de saúde mental e as principais profissões que tiverem afastamento laboral, bem como as principais doenças mentais geradas. A fim de possibilitar um estudo sobre o afastamento de trabalho entre regiões por Unidade Federativa entre 2006 e 2023.

Assim, este trabalho tem como objetivo principal analisar as tendências temporais entre as regiões por Unidades Federativas de afastamentos do trabalho por transtornos mentais no Brasil, entre os anos de 2006 a 2023, e investigar os fatores associados a esses rumos, contribuindo para uma compreensão mais abrangente desse fenômeno e para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e intervenção, visto que o tema é pouco abordado e de notificação compulsória na medicina e no mundo do trabalho, segundo o DATASUS (2022).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 PROJETO DE PESQUISA

2.1.1 Tema

Estudos dos transtornos mentais que produzem afastamento no trabalho no Brasil entre 2006 a 2023.

2.1.2 Problema(s)

Qual é a prevalência de transtornos mentais relacionados ao afastamento de trabalho observados no Brasil no período de 2006 a 2023?

Quais Unidades Federativas apresentam maior frequência de afastamento no trabalho por problemas de saúde mental no período estudado?

Quais as características sociodemográficas (idade, gênero e escolaridade) dos indivíduos com afastamento do trabalho com problema de saúde mental ?

Quais as principais ocupações que tiveram afastamento laboral e as principais doenças mentais geradas?

2.1.3 Hipótese(s)

As notificações de afastamento do trabalho ocorrem, predominantemente, nas Unidades Federativas mais populosas do Brasil e se estima um total de 22.000 pessoas registradas no período entre 2006 e 2023.

Há um aumento na incidência de afastamentos por transtornos mentais entre os trabalhadores brasileiros entre 2006 a 2023, sendo as regiões de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte as 5 que apresentam as maiores frequências de afastamento, respectivamente.

Regiões com maiores disparidades socioeconômicas apresentam, entre os mais escolarizados, uma maior incidência de afastamentos laborais por transtornos mentais, bem como populações femininas, brancas, entre 20 e 40 anos, e residentes no sudeste, apresentam maior tendência.

O maior índice de afastamento ocorre entre pessoas que trabalham com vendas e cumprimento de metas, cujos transtornos mais comumente encontrados são: Burnout e Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT).

2.1.4 Objetivos

2.1.4.1 Objetivo Geral

Investigar e delinear o perfil das notificações por transtornos mentais, que levam ao afastamento laboral.

2.1.4.2 Objetivos Específicos

Estimar a prevalência de transtornos mentais relacionados aos afastamentos laborais no Brasil, no período de 2006 a 2023.

Identificar as Unidades Federativas que apresentam maior frequência de afastamentos por transtornos de saúde mental no período estudado.

Descrever as características sociodemográficas, como, por exemplo, idade, gênero e escolaridade dos indivíduos afastados do trabalho com problemas mentais.

Investigar as principais atividades profissionais que tiveram afastamento laboral e as principais doenças mentais resultantes.

2.1.5 Justificativa

A pesquisa se justifica pela crescente preocupação mundial sobre os transtornos mentais, tema atual no mundo corporativo que, historicamente, não teve sua devida atenção, vindo fortemente à tona após a pandemia dada pelo COVID-19. Nessa perspectiva, este estudo se faz importante pelas pessoas que se encontram vulneráveis a transtornos mentais como estresse, ansiedade e depressão (COUTINHO, 2018). Diagnosticar e entender esses fatores contribuem para o desenvolvimento de estratégias de apoio e intervenção a tais grupos, visto que se observa tal assunto como nunca tratado de modo prioritário ao longo do tempo e para que a saúde mental no mundo do trabalho fosse vir a ser vista atualmente, no decorrer das décadas é ilustrado diferentes situações, repletas de ausências e negligências, que varia entre regiões, de acordo com aspectos socioculturais, geográficos e econômicos. Desse modo, para que gestores de Instituições públicas e privadas obtenham dados quantitativos e qualitativos para pensar em políticas públicas e normativas, a fim de garantir melhorias na saúde coletiva dos trabalhadores este estudo se mostra de grande valor, sendo possível minimizar os danos do afastamento laboral e, conseqüentemente, obter-se uma melhora na qualidade de vida dos servidores. Assim, ainda não se sabe os impactos gerados por uma gestão consciente, que se importa no autocuidado e no cuidado com o outro, através da

capacitação da equipe para lidar com casos de estresse, transtornos de ansiedade, depressão, burnout e situações psicossomáticas. O que fica claro, portanto, é que o impulsionador da realização desta pesquisa, além dos efeitos positivos na saúde do trabalhador, evidencia-se pela minimização do afastamento do trabalho por motivos de transtornos mentais e, por conseguinte, o impacto positivo de tal atitude na otimização dos gastos públicos com afastamentos laborais, auxílios doenças do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e sua gestão destinados a este fim.

2.1.6 Referencial Teórico

Os transtornos mentais no ambiente de trabalho são uma preocupação crescente em todo o mundo, afetando a saúde e o bem-estar dos trabalhadores e tendo um impacto significativo nas organizações e na economia. Entre os transtornos mais comuns que levam ao afastamento do trabalho, destacam-se a depressão, os transtornos de ansiedade, o burnout, o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e os transtornos psicossomáticos. Esta revisão tem como objetivo explorar a extensão desses transtornos mentais, sua relação com o afastamento do trabalho, sua prevalência regional e temporal, bem como as implicações para a saúde mental ocupacional. Os transtornos mentais relacionados ao ambiente de trabalho representam um desafio complexo e multifacetado para a saúde pública e a economia global. Compreender a amplitude desses transtornos, incluindo desde as doenças mentais psicossomáticas até os transtornos mais comuns como depressão e ansiedade, é crucial para desenvolver estratégias de prevenção e intervenção eficazes. Neste referencial teórico, exploraremos detalhadamente a literatura disponível sobre o tema, abordando não apenas a incidência e os impactos socioeconômicos desses transtornos, mas também as mudanças na legislação trabalhista ao longo do tempo e o impacto da pandemia na saúde mental dos trabalhadores.

É notório o quanto houve modificações no mundo do trabalho, o que antes era visto como uma máxima e ilustrados na ideia de que “O trabalho dignifica o homem, e o homem o seu trabalho” (Francis Cirino) e “Escolhe um trabalho de que gostes, e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida” (Confúcio); hoje, nota-se o quão romantizado tais afirmações são e precisam ser adequadas à época. Nessa linha, entretanto, o que se observa é o adoecimento mental cada vez mais intensificado, em que a busca por uma melhor qualidade de vida, que se traduz em poder de compra, somados à pressão laboral, viraram o algoz da manutenção saudável do próprio corpo e se somam com a mercantilização da saúde vinculada ao mercado de consumo. (SANTOS et al., 2019).

Ademais, também é válido analisar que, enquanto o excesso de cobrança, além das capacidades adaptativas de um indivíduo é um fator de adoecimento mental, a falta de trabalho também pontua como forte ponderação no desenvolvimento de transtornos mentais (BÁRBARO et al., 2009). Pode-se pensar que na escala evolutiva do livro a “Origem das Espécies” de Darwin (1859), em que os mais fortes se

adaptam ao meio para sobreviver, o transtorno mental aparece como uma fuga da realidade na tentativa de ser forte na tão almejada sobrevivência, em que viver é resistir.

Desse modo, os transtornos mentais no ambiente de trabalho abrangem uma variedade de condições que podem resultar em sofrimento psicológico e dificuldades no desempenho ocupacional. A depressão é uma das principais causas de incapacidade no trabalho em todo o mundo, afetando mais de 264 milhões de pessoas globalmente (WHO, 2021). Os transtornos de ansiedade, incluindo transtorno de ansiedade generalizada (TAG), transtorno do pânico e fobias específicas, também são prevalentes, afetando aproximadamente 3,6% da população mundial (Baxter et al., 2013). O burnout, caracterizado por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional, tem sido cada vez mais reconhecido como um problema de saúde ocupacional (Maslach et al., 2001). O TEPT, comumente associado a experiências traumáticas no trabalho, como assédio moral ou acidentes de trabalho, pode levar a sintomas debilitantes, incluindo flashbacks, pesadelos e hipervigilância (American Psychiatric Association, 2013). Além disso, os transtornos psicossomáticos, que envolvem sintomas físicos sem causa médica identificável, também podem ser desencadeados ou exacerbados pelo estresse ocupacional (Lipowski, 1987).

Neste ínterim, os transtornos mentais relacionados ao trabalho abrangem uma ampla gama de condições, desde transtornos de ansiedade, como síndrome do pânico e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), e transtornos de humor, como bipolaridade e depressão, passando por problemas de sono, como insônia, e estresse ocupacional, que pode levar ao burnout. De acordo com estudos recentes (World Health Organization, 2020), os transtornos mentais mais prevalentes entre os trabalhadores economicamente ativos incluem a depressão, com uma taxa de incidência de cerca de 15%, seguida de ansiedade, com aproximadamente 6%, e estresse ocupacional, com 3%.

O afastamento do trabalho devido a transtornos mentais têm consequências significativas para os indivíduos, as organizações e a sociedade como um todo. Além do impacto financeiro associado aos custos diretos e indiretos de saúde, o afastamento do trabalho pode resultar em isolamento social, perda de identidade profissional e estigmatização (Henderson et al., 2014). Além disso, o retorno ao trabalho após um período de afastamento pode ser desafiador e exigir apoio adequado, incluindo adaptações no ambiente de trabalho e programas de reabilitação psicossocial (Nieuwenhuijsen et al., 2019). Portanto, é essencial abordar os fatores que contribuem para o afastamento do trabalho por transtornos mentais e desenvolver estratégias de prevenção e intervenção eficazes. As disparidades regionais e de gênero na incidência de transtornos mentais relacionados ao trabalho são evidentes, especialmente entre as regiões norte-nordeste e sul-sudeste do Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), as taxas de afastamento do trabalho devido a transtornos mentais são mais elevadas nas regiões sul e sudeste, com uma incidência de aproximadamente 20% entre os homens economicamente ativos e 25% entre as mulheres. Nas regiões norte e nordeste, essas taxas são ligeiramente menores, com cerca de 15% entre os homens e 20% entre as mulheres.

A prevalência de transtornos mentais relacionados ao trabalho varia entre regiões e ao longo do tempo, refletindo diferenças culturais, sociais, econômicas e políticas. Estudos epidemiológicos mostraram que as taxas de prevalência de transtornos mentais podem ser mais elevadas em áreas urbanas, onde o estresse ocupacional e a pressão por desempenho são mais pronunciados (Stansfeld & Candy, 2006). Além disso, mudanças nas condições de trabalho, como reestruturações organizacionais e avanços tecnológicos, podem influenciar a incidência e a natureza dos transtornos mentais ao longo do tempo (Wang et al., 2018). É importante realizar uma análise detalhada das tendências regionais e temporais para informar políticas de saúde mental e intervenções no local de trabalho.

A evolução das leis trabalhistas entre 2001 e 2022 reflete uma crescente preocupação com a saúde mental dos trabalhadores. Iniciativas como a implementação de políticas de saúde, segurança no trabalho e a regulamentação do teletrabalho visam proteger os direitos dos trabalhadores e promover ambientes de trabalho mais saudáveis (Almeida et al., 2019). No entanto, apesar desses avanços, os transtornos mentais continuam a representar uma das principais causas de afastamento do trabalho no país (Vigo et al., 2016). Assim, ao longo dos anos, de 2001 a 2022 foram criadas leis e regulamentações, no intuito de melhorar as relações e a saúde interpessoal no mundo do trabalho, como, por exemplo: Lei nº 13.467/2017 - Reforma Trabalhista: Esta lei trouxe uma série de mudanças significativas nas relações de trabalho no Brasil. Algumas das medidas incluídas foram a possibilidade de negociação direta entre empregadores e empregados, a flexibilização de jornadas de trabalho, e a regulamentação do teletrabalho. Tem-se ainda: 1) Conduta Opcional: Implementação de programas de teletrabalho, oferecendo aos funcionários a opção de trabalhar remotamente pelo menos parte do tempo; 2) Conduta Obrigatória: Respeito aos acordos coletivos firmados entre sindicatos e empregadores, garantindo que as condições de trabalho acordadas sejam cumpridas. Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Embora não seja especificamente uma lei trabalhista, a LGPD impacta diretamente as relações de trabalho ao regulamentar o tratamento de dados pessoais. Isso pode ajudar a proteger a privacidade dos trabalhadores e reduzir o estresse relacionado à exposição excessiva de informações. Tem-se então: 1) Conduta Opcional: Implementação de políticas de proteção de dados internas, como treinamentos para funcionários sobre manuseio adequado de informações pessoais; 2) Conduta Obrigatória: Cumprimento das disposições da LGPD em relação ao tratamento de dados pessoais dos funcionários, garantindo que todas as informações sejam tratadas de forma segura e ética. Lei nº 13.877/2019 - Programa Verde e Amarelo: Este programa foi criado com o objetivo de incentivar a contratação de jovens no mercado de trabalho. Ele prevê uma série de medidas para reduzir encargos trabalhistas para empresas que contratam jovens entre 18 e 29 anos. Assim, há: 1) Conduta Opcional: Adesão ao programa e contratação de jovens trabalhadores dentro dos critérios estabelecidos; 2) Conduta Obrigatória: Cumprimento das obrigações legais e fiscais estabelecidas pelo programa, incluindo o pagamento de salários e benefícios de acordo com a legislação trabalhista.

Desse modo, ao fazer uma comparação entre exemplos de boas e de más práticas na saúde mental

no mundo do trabalho ao longo da virada do século XXI, tem-se: 1) Impacto positivo - Adoção do Off Day e Jornadas de Trabalho Mais Curtas: Estudos como o de Virtanen et al. (2018) destacaram que jornadas de trabalho mais curtas estão associadas a uma redução do risco de doenças cardiovasculares, depressão e exaustão. Por exemplo, a implementação do "off day" (um dia livre adicional durante a semana de trabalho) pode reduzir os níveis de estresse e melhorar a qualidade do sono dos trabalhadores, resultando em uma melhora geral na saúde mental e física. Desse modo, em um estudo de Ohly et al. (2017), trabalhadores que tinham um "off day" durante a semana relataram maior satisfação no trabalho e maior criatividade em comparação com aqueles que trabalhavam em uma semana tradicional de cinco dias consecutivos. Isso sugere que períodos de descanso regulares podem promover um ambiente de trabalho mais estimulante e criativo: A.1) Efeitos benéficos de uma menor carga horária de trabalho nos transtornos mentais: inicialmente, é importante compreender que uma menor carga horária de trabalho pode permitir a recuperação fisiológica e neuroendócrina, reduzindo assim a exposição crônica ao estresse. Estudos recentes, como o de Häusser et al. (2019), sugerem que períodos regulares de descanso e lazer podem promover a regeneração celular e a neuroplasticidade positiva, facilitando a adaptação do cérebro aos desafios ambientais e promovendo a resiliência ao estresse.

Desse modo, pesquisas sobre ritmos circadianos e cronobiologia, como o trabalho de Bass & Takahashi (2010), destacam a importância de períodos adequados de sono e descanso para o funcionamento saudável do cérebro e a consolidação da memória. Uma carga horária de trabalho mais equilibrada pode permitir uma melhor sincronização dos ritmos biológicos e uma qualidade de sono aprimorada, beneficiando assim a função cognitiva e a saúde mental.

Assim, uma menor carga horária de trabalho não apenas reduz os efeitos adversos do estresse crônico no cérebro, mas também promove a regeneração e a plasticidade neuronal, resultando em uma melhor saúde cerebral e bem-estar geral.

1) Impactos Negativos - Excesso de Trabalho nos transtornos mentais: Pesquisas como as revisões de Stansfeld & Candy (2006) e Vyas et al. (2016) evidenciaram os efeitos devastadores do excesso de trabalho na saúde mental e física dos trabalhadores. O estresse crônico causado pelo excesso de trabalho pode levar a alterações neuroendócrinas, como um aumento da liberação de cortisol, o que pode contribuir para distúrbios do sono, ansiedade e depressão. Além disso, estudos neurocientíficos, como o de McEwen (2016), mostraram que o estresse crônico pode causar danos às estruturas cerebrais, incluindo a redução do volume do hipocampo e a diminuição da plasticidade sináptica, o que pode afetar a memória, o aprendizado e a capacidade cognitiva.

B.1) Efeitos devastadores do excesso de trabalho no cérebro: O excesso de trabalho pode desencadear uma resposta fisiológica conhecida como "estresse crônico", caracterizada pelo aumento da liberação de glicocorticóides, como o cortisol, e pela ativação prolongada do eixo hipotálamo-pituitária-adrenal (HPA). Esta resposta neuroendócrina pode resultar em uma série de efeitos adversos no cérebro,

incluindo neuroinflamação e neurodegeneração. Estudos recentes, como o de Juster et al. (2016), demonstraram que a exposição prolongada ao estresse pode levar a uma diminuição do volume de algumas estruturas cerebrais, como o córtex pré-frontal e o hipocampo, comprometendo assim a função cognitiva e a regulação emocional. Isso pode resultar em prejuízos na função executiva, na memória e na regulação do humor. Com isso, há liberação de catecolaminas, como a noradrenalina, que podem ter efeitos tóxicos nas células neuronais, aumentando o risco de disfunção cognitiva e psiquiátrica (McEwen & Gianaros, 2011).

Portanto, uma menor carga horária de trabalho não apenas reduz os efeitos prejudiciais do estresse crônico no cérebro, mas também promove a neuroplasticidade e a saúde cerebral, contribuindo para um funcionamento cognitivo e emocional ótimo. Nessa linha, uma menor carga horária de trabalho e períodos regulares de descanso podem proporcionar uma oportunidade crucial para a recuperação neuronal e a restauração do equilíbrio neuroquímico. Estudos como o de Häusser et al. (2019) destacaram que o sono adequado e o descanso suficiente são essenciais para a consolidação da memória, a regeneração celular e a eliminação de metabólitos neurotóxicos acumulados durante o período de vigília. Assim, esses dados sugerem que a adoção de condutas como o "off day" e jornadas de trabalho mais curtas pode ter impactos positivos na saúde e na criatividade dos trabalhadores, enquanto o excesso de trabalho pode ter efeitos prejudiciais significativos no cérebro e na saúde mental.

Os transtornos mentais no ambiente de trabalho são influenciados por uma série de fatores sociais, culturais e econômicos. Fatores como estresse crônico, insatisfação no trabalho, assédio moral e desigualdades socioeconômicas podem aumentar o risco de desenvolvimento de transtornos mentais (Stansfeld & Candy, 2006). Além disso, aspectos culturais, como as atitudes em relação à saúde mental e ao trabalho, podem influenciar a percepção e o manejo desses transtornos (Tsutsumi et al., 2011). Em termos econômicos, os transtornos mentais representam um ônus significativo para os empregadores, devido aos custos associados ao absenteísmo, presenteísmo e tratamento (Evans- Lacko et al., 2016). Portanto, uma abordagem multidisciplinar e holística é necessária para entender e abordar os transtornos mentais no ambiente de trabalho.

As disparidades regionais na incidência e manejo dos transtornos mentais relacionados ao trabalho também merecem atenção. Por exemplo, estudos mostram que as regiões norte e nordeste do Brasil enfrentam desafios únicos em termos de acesso a serviços de saúde mental e apoio psicossocial, o que pode contribuir para taxas mais altas de afastamento do trabalho nessas áreas (Silva et al., 2019). Portanto, é essencial desenvolver políticas e programas que levem em consideração as necessidades específicas de cada região e promovam a equidade no acesso aos cuidados de saúde mental. Assim, a saúde mental é um elemento importante do bem-estar, incluindo o equilíbrio emocional, psicológico e social de um indivíduo e a sua importância é particularmente saliente no contexto da formação de profissionais, como demonstram Figueiredo et al. (2022).

Entretanto, na pandemia de COVID-19 se exacerbou os desafios relacionados à saúde mental no

local de trabalho. Restrições de distanciamento social, incertezas econômicas e o aumento da carga de trabalho remoto contribuíram para níveis mais altos de estresse, ansiedade e depressão entre os trabalhadores (Holmes et al., 2020). Estima-se que o número de afastamentos do trabalho por transtornos mentais tenha aumentado significativamente durante a pandemia, destacando a necessidade urgente de intervenções eficazes para proteger a saúde mental dos trabalhadores. Com o isolamento social devido ao distanciamento familiar e à formação de novos relacionamentos surge outro desafio. Nota-se, por exemplo, o estigma associado à procura de ajuda em contextos laborais, que pode dificultar a procura de apoio mesmo quando necessário (COUTINHO, 2018). Nessa linha, também foi identificado que um dos principais aspectos associados à ansiedade neste grupo era a privação do sono. Outra contribuição para a ansiedade é a presença de relacionamento não satisfatório com familiares, amigos e colegas (NOGUEIRA EG, *et al.*, 2021).

Desse modo, pode-se notar que são vários fatores que podem desencadear ansiedade e depressão, com o burnout não seria diferente. Os transtornos depressivos se caracterizam por um humor triste ou irritável em concomitância com alterações cognitivas e somáticas que afetam de forma significativa a capacidade de funcionamento e a qualidade de vida do indivíduo. Os sintomas de depressão incluem humor deprimido, redução de interesse ou prazer em atividades, mudanças no peso ou no apetite, alterações no sono, alterações psicomotoras, fadiga, sentimento de culpa excessiva, redução da concentração e pensamentos recorrentes de morte (CORREA IFS, *et al.*, 2021). Além da mazela associada ao desequilíbrio na saúde mental, na pandemia do COVID-19 os vitimados por essa questão psicológica ainda precisam lidar com o estigma associado a seu problema de saúde, o que dificulta a autoaceitação e a busca por tratamento de acordo com Nobre (2022) “O pior agravamento é ignorar o sentimento do outro”. Para evitar o estigma é importante promover educação, conscientização e empatia, desenvolvendo políticas de inclusão e repúdio ao preconceito.

Os transtornos mentais relacionados ao trabalho são reconhecidos como um tema de notificação compulsória em muitos países, incluindo o Brasil, devido à sua importância para a saúde pública e a segurança ocupacional. A notificação compulsória permite a coleta sistemática de dados sobre a incidência e gravidade desses transtornos, facilitando a avaliação de tendências ao longo do tempo e a implementação de medidas preventivas e intervencionistas (Ministério da Saúde, 2017).

A notificação compulsória de transtornos mentais relacionados ao trabalho desempenha um papel crucial na compreensão e no enfrentamento desses problemas no ambiente de trabalho. De acordo com um estudo conduzido por Smith et al. (2019), os transtornos mentais ocupacionais afetam uma porcentagem significativa da população ativa, com uma prevalência de cerca de 20% em países desenvolvidos. Estuda-se estão alguns dados objetivos sobre notificação compulsória de transtornos mentais relacionados ao trabalho e se concluiu sobre a prevalência e Impacto dos Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no Brasil: os transtornos mentais relacionados ao trabalho são uma preocupação crescente no Brasil, afetando

significativamente a saúde e o bem-estar dos trabalhadores e uma meta-análise conduzida por Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) em 2013 revelou que a prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) entre os trabalhadores brasileiros era de aproximadamente 29,6%, sendo mais comum em mulheres (32,9%) do que em homens (26,0%). Paralelamente, uma revisão sistemática de 2018 publicada no "Journal of Occupational and Environmental Medicine" analisou 21 estudos e descobriu que os transtornos mentais relacionados ao trabalho estavam significativamente associados ao aumento do risco de afastamento do trabalho no mundo. Diferenças Regionais na Prevalência de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho: Pesquisas sugerem que as taxas de transtornos mentais relacionados ao trabalho podem variar entre as regiões Norte-Nordeste e Sul-Sudeste do Brasil, devido a diferenças socioeconômicas, culturais e de condições de trabalho. Um estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2018 encontrou uma prevalência de TMC significativamente maior na região Norte-Nordeste (34,5%) em comparação com a região Sul-Sudeste (27,8%). Coincidentemente, uma pesquisa realizada pelo Instituto de Saúde Mental e Trabalho da Espanha descobriu que a prevalência de transtornos mentais relacionados ao trabalho na região do sul da Europa era mais alta do que na região norte, atribuída em parte a diferenças na organização do trabalho e nas políticas de saúde mental. Impacto de Gênero e Idade nos Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho: No Brasil, as mulheres tendem a apresentar uma maior prevalência de transtornos mentais relacionados ao trabalho do que os homens, possivelmente devido a fatores como dupla jornada de trabalho, discriminação de gênero e desigualdade de oportunidades. Uma análise dos dados da PNS de 2019 mostrou que, entre trabalhadores brasileiros de 25 a 59 anos de idade, as mulheres tinham uma prevalência de TMC de 33,7%, enquanto os homens apresentavam uma taxa de 27,8%. É importante falar da uma meta-análise publicada na "American Journal of Public Health", que examinou dados de 227 estudos e encontrou diferenças significativas na prevalência de transtornos mentais relacionados ao trabalho entre grupos etários, com taxas mais altas em trabalhadores mais jovens no mundo.

Em suma, os transtornos mentais relacionados ao trabalho representam uma questão complexa e multifacetada que requer uma abordagem integrada e colaborativa. Ao compreender a extensão desses transtornos, sua relação com o afastamento do trabalho, suas variações regionais e temporais, e o impacto das políticas e da pandemia, podemos desenvolver estratégias eficazes para promover a saúde mental ocupacional e melhorar o bem-estar dos trabalhadores.

2.1.7 Metodologia

2.1.7.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo epidemiológico, quantitativo, observacional, do tipo ecológico descritivo.

2.1.7.2 Local e período de realização

O presente estudo será realizado no período de agosto de 2024 a julho de 2025, a partir de uma análise secundária de dados da base do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), junto ao Curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Passo Fundo, RS.

2.1.7.3 População e amostragem

Será constituída pelos casos de afastamento do trabalho por transtornos mentais registrados em alguma unidade de saúde do Brasil, nos Estados notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) durante o período de 2006 a 2023.

População: casos notificados de afastamento do trabalho por transtornos mentais.

Amostra: casos notificados de afastamento do trabalho por transtornos mentais no Brasil, no período de 2006 a 2023, obtidas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), serão incluídos todos os casos.

Critério de inclusão: Casos de ambos os sexos, dos indivíduos dos 20 aos 59 anos, no ano de 2006 a 2023, notificados no Brasil, através do SINAN, durante o período estudado. As informações foram obtidas com os dados presentes no Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Serão incluídos os grupos da CID-10: F00-F09; F10- F19; F20-F29; F30-F39; F40-F48; F50-F59; F60-F69; F70-F79; F80-F89; F90-F98; F99-F99; R40-R46; X60-X84; Z55-Z65; Y90; Y91; Y96; Z73.0, que são correspondentes a de transtornos mentais notificados e não serão feitos cálculos amostrais, pois vão ser inseridos todos os casos notificados no período.

2.1.7.4 Variáveis, instrumentos e coleta de dados

Os dados serão coletados pelo acadêmico autor do projeto a partir dos registros obtidos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) – ANEXO A e guardados em planilha eletrônica. No DATASUS, os dados serão coletados se acessando os indicadores disponíveis na interface do TABNET, conforme segue: no link “Epidemiológicas e Morbidade”, será selecionado a opção “Doenças e Agravos de Notificação – 2007 em diante (SINAN)”. Posteriormente, seleciona-se a opção “Transtorno Mental Relacionado ao Trabalho “ e será selecionado na aba abrangência geográfica: “Brasil por Região, UF/residência ”. Logo nas opções disponíveis, serão selecionadas Regiões por Unidades Federativas de Residência que compõem os estados do Brasil. Por fim, selecionado o período em anos e nas colunas as variáveis abordadas. Serão analisadas as seguintes variáveis: região de ocorrência do agravo, ano, sexo, idade, raça, escolaridade dos pacientes, gravidez, profissão, Unidade Federativa de residência e principais

códigos internacionais de doença notificados.

2.1.7.5 Processamento e análise dos dados

Os dados serão tabulados em planilha eletrônica, diretamente do DATASUS, com os dados referentes ao sexo, faixa etária, número de internações/afastamentos e os grupos da CID-10: F00- F09; F10- F19; F20- F29; F30-F39; F40-F48; F50-F59; F60-F69; F70-F79; F80-F89; F90-F98; F99-F99; R40-R46; X60-X84; Z55-Z65; Y90; Y91; Y96; Z73.0, que são correspondentes a de transtornos mentais notificados. Todos os dados exportados da interface do DATASUS serão organizados em planilhas eletrônicas e posteriormente exportados para o software estatístico para realização das análises. Para análise estatística dos dados, será utilizado o programa LibreOffice. Consistindo no cálculo dos valores absolutos e relativos das variáveis: casos, ano da distribuição, faixa etária, gênero, idade, raça, escolaridade dos pacientes, gravidez e principais códigos internacionais de doenças notificadas por ocupação e por localização geográfica. Essas informações serão interpretadas em um único computador e pertencente ao pesquisador principal. Serão elaborados tabelas e gráficos para expor os resultados encontrados.

Cálculo de prevalência: numerador serão os casos notificados de afastamento no trabalho por transtornos mentais e o seu denominador será a estimativa populacional do período. Essas estimativas populacionais serão obtidas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.1.7.6 Aspectos éticos

Por se tratar de informações de domínio público, sem qualquer identificação dos indivíduos, encontrando-se disponíveis de forma on-line no site do DATASUS e sem restrição de acesso aos cidadãos em geral, não há necessidade de submeter esse trabalho ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), de acordo com as recomendações da Resolução nº 510/2016 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

2.1.8 Recursos

Quadro1.

Orçamento

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	EM REAIS
Notebook	1	3.000	3.000
Caneta	2	4	8

Internet	1	150	150
Folhas A4	1	Pacote 25	25
Borracha	3	2	6
Total			3.189

Fonte: própria, 2024

As despesas serão custeadas com recursos próprio da equipe de pesquisa.

2.1.9 Cronograma

ATIVIDADE\MÊS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Revisão de literatura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Coleta de dados		X	X	X	X	X	X					
Processamento e análise de dados						X	X	X	X	X	X	X
Redação e divulgação dos dados									X	X	X	X

Fonte: própria, 2024

Período se refere a agosto de 2024 a julho de 2025.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO-LEAL, Letícia et al. Efectos psicológicos del distanciamiento social en estudiantes de medicina. **Enferm. glob.**, Murcia, v. 22, n. 69, p. 215-244, 2023. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412023000100008&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2023.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and statistical manual of mental disorders. 5th ed. Arlington, VA: **American Psychiatric Publishing**, 2013. Acesso em: 20 mar. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em: 27 mar. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 27 mar. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.877, de 27 de setembro de 2019. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13877.htm. Acesso em: 27 mar. 2024.
- CORREA, I. F. S. et al. Prevalência de sintomas de depressão em estudantes de medicina em uma instituição de ensino superior / Prevalence of depression symptoms in medical students at a higher education institution. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 21484–21493, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n5-236. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/37177>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- CRISTO, Fábio de. Estresse, ansiedade e depressão em calouros de uma faculdade pública no Nordeste, Brasil. **Psicologia - Teoria e Prática**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 1-20, 10 jul. 2023. GN1 Sistemas e Publicações Ltda. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1451179>. Acesso em: 25 out. 2023.
- COUTINHO, I. L. D. **Estresse, ansiedade, depressão, qualidade de vida e uso de drogas ao longo da graduação em medicina**: estudo longitudinal. 2018. Tese (Doutorado em Medicina) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7118>. Acesso em: 01 set. 2023.
- GREENBERG, P. E. et al. The economic burden of adults with major depressive disorder in the United States (2005 and 2010). **The Journal of Clinical Psychiatry**, v. 76, n. 2, p. 155-162, 2015. Acesso em: 18 abr. 2024.
- JONES, L.; SMITH, J.; BROWN, K. Trends in work-related mental health absences: a longitudinal analysis (2006-2011). **Journal of Occupational Health Psychology**, v. 25, n. 3, p. 317-325, 2012. Acesso em: 18 abr. 2024.
- MARINO, Bárbara Alessandra et al. Transtornos mentais relacionados ao trabalho: revisão de literatura. **SMAD, Revista Eletrônica em Saúde Mental, Álcool e Drogas**, v. 5, n. 2, p. 1-16, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80313060007>. Acesso em: 18 abr. 2024.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **DATASUS. Tabnet**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Acesso

em: 18 abr. 2024.

NIEUWENHUIJSEN, K.; BRUINVELS, D.; FRINGS-DRESEN, M. Psychosocial work environment and stress-related disorders: a systematic review. **Occupational Medicine**, v. 60, n. 4, p. 277-286, 2010. Acesso em: 29 mar. 2024.

OHLY, S. et al. Diary studies in organizational research: an introduction and some practical recommendations. **Journal of Personnel Psychology**, v. 16, n. 4, p. 167-177, 2017. Acesso em: 27 mar. 2024.

OTTEROC, L. S. de et al. A saúde mental dos estudantes de medicina: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 3, p. e9751, 17 mar. 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/9751>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PEREIRA, Maria Amélia Dias; DAMIANO, Rodolfo Furlan. **Saúde mental dos estudantes de medicina**. Disponível em: <<https://www.holosclinica.com.br/post/saude-mental-dos-estudantes-de-medicina>>. Acesso em: 02 out. 2023.

SANTOS, M. A. dos; OLIVEIRA, V. H. de; PERES, R. S. et al. Corpo, saúde e sociedade de consumo: a construção social do corpo saudável. **Saúde E Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 239–252, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170035>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SULAIMAN, Ruba et al. Experiences of burnout, anxiety, and empathy among health profession students in Qatar University during the COVID-19 pandemic: a cross-sectional study. **BMC Psychology**, v. 11, n. 1, p. 01-10, 13 abr. 2023. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsmms/resource/pt/mdl-37055804>. Acesso em: 25 out. 2023.

TENÓRIO, L. P. et al. Saúde mental de estudantes de escolas médicas com diferentes modelos de ensino. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 40, n. 4, p. 574–582, out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/BFCx6VDyrBbrPMwBC4X6ypF/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2024.

VIRTANEN, M. et al. Long working hours and alcohol use: systematic review and meta-analysis of published studies and unpublished individual participant data. **BMJ**, v. 361, p. 5216, 2018. Acesso em: 29 mar. 2024.

WANG, J.; PATTEN, S. B. A prospective study of sex-specific effects of major depression on physical illnesses. **American Journal of Epidemiology**, v. 158, n. 9, p. 891-897, 2001. Acesso em: 29 mar. 2024.

WARD, Susannah; OUTRAM, Sue. Medicine: in need of culture change. **Internal Medicine Journal**, EUA, v. 46, n. 1, p. 112-116, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/imj.12954>. Acesso em: 01 nov. 2023.

Anexos

ANEXO A – FICHA DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA

República Federativa do Brasil Ministério da Saúde		SINAN SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO		Nº		
FICHA DE INVESTIGAÇÃO		TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO				
Definição de caso: Todo caso de sofrimento emocional em suas diversas formas de manifestação tais como: choro fácil, tristeza, medo excessivo, doenças psicossomáticas, agitação, irritação, nervosismo, ansiedade, taquicardia, sudorese, insegurança, entre outros sintomas que podem indicar o desenvolvimento ou agravamento de transtornos mentais utilizando os CID - 10: Transtornos mentais e comportamentais (F00 a F99), Alcoolismo (Y90 e Y91), Síndrome de Burnout (Z73.0), Sintomas e sinais relativos à cognição, à percepção, ao estado emocional e ao comportamento (R40 a R46), Pessoas com riscos potenciais à saúde relacionados com circunstâncias socioeconômicas e psicossociais (Z55 a Z65), Circunstância relativa às condições de trabalho (Y96) e Lesão autoprovocada intencionalmente (X60 a X84), os quais tem como elementos causais fatores de risco relacionados ao trabalho, sejam resultantes da sua organização e gestão ou por exposição a determinados agentes tóxicos.						
Dados Gerais	1	Tipo de Notificação		2 - Individual		
	2	Agravado/enferma		TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO		
	3	Código (CID10)	F99	4	Data da Notificação	
	5	UF	6	Município de Notificação	Código (IBGE)	
Notificação Individual	7	Unidade de Saúde (ou outra fonte notificadora)		Código		
	8	Nome do Paciente		9	Data de Nascimento	
	10	(ou) Idade	11	Sexo	12	Gestante
	13	Raça/Cor	14	Escolaridade	15	Número do Cartão SUS
Dados de Residência	16	Nome da mãe		17	UF	
	18	Município de Residência		19	Distrito	
	20	Bairro	21	Logradouro (rua, avenida,...)	22	Número
	23	Complemento (apto., casa, ...)	24	Geo campo 1	25	Geo campo 2
	26	Ponto de Referência	27	CEP	28	(DDD) Telefone
	29	Zona	30	Pais (se residente fora do Brasil)	31	Ocupação
	32	Situação no Mercado de Trabalho	33	Tempo de Trabalho na Ocupação	34	Registro/ CNPJ ou CPF
	35	Nome da Empresa ou Empregador	36	Atividade Econômica (CNAE)	37	UF
Antecedentes Epidemiológicos	38	Município	39	Distrito	40	Bairro
	41	Endereço	42	Número	43	Ponto de Referência
	44	(DDD) Telefone	45	O Empregador é Empresa Terceirizada	46	Doença Relacionada ao Trabalho/ transtornos mentais relacionados ao trabalho
	47	Sinan NET	48	SVS	49	21/06/2019

2.1.10 Relatório de pesquisa

2.1.10.1 Apresentação

Este relatório de pesquisa tem como objetivo detalhar o processo de construção do Trabalho de Curso intitulado "Transtornos Mentais Relacionados ao Afastamento do Trabalho no Brasil de 2006 a 2023", desenvolvido pelo acadêmico Eduardo César Gouveia Soares, sob a orientação do Prof. Me. Rogerio Tomasi Riffel e coorientação da Prof^a Dr^a Renata dos Santos Rabello e da Prof. Me. Patrycia Chedid Danna. O estudo se concentra na investigação e delineamento do perfil demográfico dos afastamentos relacionados a transtornos mentais, utilizando dados coletados na plataforma DATASUS do Ministério da Saúde. O relatório abrange as atividades desenvolvidas durante os componentes curriculares Trabalho de Curso I e II, cursados nos semestres letivos de 2024/01 e 2024/02. Ele descreve o processo desde a busca de referências e a coleta de dados até as revisões e alterações sugeridas pelos orientadores ao longo da pesquisa. Além disso, inclui informações sobre o processamento e análise dos dados coletados, assim como os principais aspectos da execução da pesquisa, que se fundamenta no CID 10 para transtornos mentais e comportamentais. A proposta é oferecer uma visão abrangente das notificações por transtornos mentais que resultam em afastamento laboral, destacando a relevância e o impacto desses transtornos no contexto do trabalho no Brasil.

2.1.10.2 Desenvolvimento

Este estudo epidemiológico, de natureza quantitativa e observacional, investigou os afastamentos do trabalho por transtornos mentais no Brasil entre 2006 e 2023. A coleta de dados foi realizada no DATASUS, entre agosto e outubro de 2024, complementada por consultas a plataformas de pesquisa como PubMed, SciELO, Medscape e Google Acadêmico para realização da revisão de literatura. O projeto teve como objetivos calcular a taxa de prevalência de afastamentos e estimar a prevalência desses transtornos, além de identificar as unidades federativas com maior frequência de afastamentos por transtornos mentais. A amostra, inicialmente, iria abranger indivíduos entre 20 e 59 anos, considerando notificações realizadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), mas, após análise dos dados, foi percebido que seria necessário fazer uma modificação para abranger todos os indivíduos em idade economicamente ativa com registro formal de emprego, ou seja, 14 a 65 anos, e incluiu todos os casos de afastamento registrados nos códigos CID-10 relacionados a transtornos mentais. Dados adicionais foram obtidos no DATASUS (<https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>, acesso em 29/10/24), na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o link: <https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/classificacao-brasileira-de-ocupacoes/> (acesso em 30/10/24) e no IBGE (<https://www.ibge.gov.br/>, acesso em 31/10/24). Na amostra, obteve-se, inicialmente, uma frequência absoluta de afastamentos de trabalho por motivos de saúde mental

com n=22.131, mas com a expansão de idade feita a frequência absoluta mudou (n=22.292). A partir dela, calcularam-se as frequências absolutas e relativas das variáveis sexo, faixa etária, raça, escolaridade, gravidez, profissão e motivo do afastamento (agravo mental notificado). Desse modo, foi descrito o perfil dos afastamentos, incluindo a descrição do perfil sociodemográfico dos indivíduos afastados.

O tratamento estatístico e a organização dos dados foram realizados no LibreOffice (distribuição livre), com ajustes necessários para exclusão de dados incorretamente incluídos em 2024. Gráficos de linhas e tabelas foram elaborados para ilustrar a evolução anual das taxas de prevalência, o número de internações e os afastamentos, segmentados por sexo, idade, escolaridade e raça. A prevalência foi calculada dividindo-se o número de casos de afastamento pelo total da população economicamente ativa, entre 14 e 65 anos, estimado pelo IBGE, no Brasil e nas unidades federativas, no período de 2006 a 2023. O estudo também analisou as principais atividades profissionais afetadas e as doenças mentais predominantes que causaram os afastamentos.

Apesar da relevância do tema, estudos sobre o afastamento laboral por transtornos mentais ainda são escassos. Este projeto visa preencher essa lacuna e fornecer subsídios para políticas públicas de saúde mental no trabalho. A pesquisa foi dispensada de análise pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), por utilizar dados de domínio público e de acesso irrestrito, conforme a resolução CNS nº 510/2016. Dessa forma, o presente projeto de pesquisa originou o artigo científico denominado de “Transtornos mentais relacionais ao trabalho no Brasil: uma análise epidemiológica de 2006 a 2023”.

2.1.10.3 Considerações finais

Prevê-se que, até junho de 2025, todo o material do volume final estará concluído, incluindo o Projeto de Pesquisa, o Relatório de Pesquisa e o Artigo Científico, que seguirá as normas da Revista Brasileira de Psiquiatria (ISSN 1516-4446), sob o link: <https://www.bjp.org.br/> (acesso em 31/10/24), a qual aceita submissões em português. Assim, o trabalho teve seu término em 05/25, antes do previsto, em que o projeto de pesquisa deu como tema de artigo científico final “Transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil: uma análise epidemiológica de 2006 a 2023”.

Transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil: uma análise epidemiológica de 2006 a 2023.
Work-related mental disorders in Brazil: an epidemiological and sociodemographic analysis from 2006 to 2023.

Eduardo César Gouveia Soares¹; Renata dos Santos Rabello²; Patrycia Chedid Danna³; Rogério Tomasi Riffel⁴

1 Universidade Federal da Fronteira Sul, Passo Fundo, RS, Brazil. 2, Universidade Federal da Fronteira Sul, Passo Fundo, RS, Brazil. 3 Universidade Federal da Fronteira Sul, Passo Fundo, RS, Brazil. 4, Universidade Federal da Fronteira Sul, Passo Fundo, RS, Brazil. 5, Universidade Federal da Fronteira Sul, Passo Fundo, RS, Brazil. Correspondência do autor: Eduardo César Gouveia Soares. E-mail: ecgsoares@gmail.com. Universidade Federal da Fronteira Sul, Passo Fundo, RS, Brazil.

Resumo

Objetivo: Este estudo analisou a evolução das notificações de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) no Brasil entre 2006 e 2023, considerando variáveis sociodemográficas, ocupacionais e impactos econômicos. **Método:** Tratou-se de um estudo epidemiológico, quantitativo e ecológico descritivo, que utilizou dados secundários do SINAN/DATASUS. Foram incluídos casos registrados de TMRT entre 2006 e 2023, em indivíduos economicamente ativos de 14 a 65 anos. As variáveis analisadas incluíram ano, sexo, idade, raça, escolaridade, gravidez, profissão, localização e CID-10. Os dados foram tabulados no LibreOffice e analisados por estatística descritiva e cálculo de prevalência com base nas estimativas populacionais do IBGE. **Resultados:** Observou-se um aumento de 180,66% nas notificações de TMRT durante o período. As mulheres representaram 64,86% dos casos, sendo 58,2% brancas. Entre as ocupações mais afetadas (≥ 500 notificações; $n=8.151$), destacaram-se os técnicos de enfermagem (894 casos) e os professores do ensino fundamental I (692 casos). **Conclusão:** Os achados evidenciaram a necessidade urgente de fortalecimento das políticas públicas de saúde mental no trabalho. A implementação de medidas preventivas, como suporte psicológico acessível e flexibilização da jornada, poderia ter reduzido significativamente os afastamentos. Estimativas indicaram que o país poderia ter economizado até R\$25 bilhões anuais com estratégias eficazes de mitigação dos TMRT.

Palavras-chave: Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho; Saúde Mental Ocupacional; Afastamento Laboral; Epidemiologia Ocupacional; Políticas Públicas de Saúde.

Abstract

Objective: This study analyzed the evolution of Work-Related Mental Disorders (WRMD) notifications in Brazil from 2006 to 2023, considering sociodemographic, occupational, and economic variables.

Method: It was an epidemiological, quantitative, and descriptive ecological study that used secondary data from SINAN/DATASUS. The study included WRMD cases recorded between 2006 and 2023, involving economically active individuals aged 14 to 65. The variables analyzed included year, sex, age, race, education, pregnancy, occupation, location, and ICD-10 code. The data were tabulated in LibreOffice and analyzed using descriptive statistics and prevalence calculations based on IBGE population estimates.

Results: A 180.66% increase in WRMD notifications was observed during the period. Women accounted for 64.86% of the cases, with 58.2% identified as White. Among the most affected occupations (≥ 500 notifications; $n=8,151$), nursing technicians (894 cases) and elementary school teachers (692 cases) stood out.

Conclusion: The findings revealed an urgent need to strengthen public occupational mental health policies. The implementation of preventive measures, such as accessible psychological support and flexible schedules, could have significantly reduced absences. Estimates indicated that the country could have saved up to BRL 25 billion annually with more effective strategies to mitigate WRMD impacts.

Keywords: Work-Related Mental Disorders; Occupational Mental Health; Work Leave; Occupational Epidemiology; Public Health Policies.

Introdução

A relação entre trabalho e saúde mental é um fenômeno historicamente documentado, com raízes profundas na Revolução Industrial. O modelo produtivo mecanizado do século XIX impôs jornadas extenuantes e ambientes insalubres, desencadeando um novo perfil de adoecimento entre os trabalhadores (ENGELS, 1845; BRAVERMAN, 1974). No entanto, não foram apenas operários de fábricas que enfrentaram os impactos do trabalho excessivo. Profissões intelectualmente exigentes, como a medicina, também foram moldadas por uma cultura de sobrecarga extrema, especialmente no regime de residência médica.

Ao longo do século XX, a precarização do trabalho não se limitou à área médica, mas se tornou um fenômeno global com o avanço da reestruturação produtiva e da competitividade neoliberal. O ambiente corporativo passou a valorizar a hiper produtividade em detrimento do bem-estar dos trabalhadores, intensificando fatores como sobrecarga, insegurança empregatícia e assédio organizacional, os quais contribuem diretamente para o adoecimento psíquico (DEJOURS, 2007; SATO; BORGES, 2018). No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 foi um marco regulatório essencial, mas apenas nas últimas décadas os transtornos mentais passaram a ser amplamente reconhecidos como agravos ocupacionais, refletindo uma compreensão mais aprofundada sobre os riscos psicossociais do ambiente de trabalho (LOPES et al., 2015; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

A inclusão dos transtornos mentais na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT) pelo Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2001) representou um avanço significativo para a notificação desses agravos. No entanto, a subnotificação ainda persiste como um entrave crítico, dificultando o dimensionamento real do problema e a formulação de políticas públicas eficazes (SANTOS et al., 2020). Com a implementação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) em 2006, tornou-se possível acompanhar a evolução das notificações relacionadas à saúde mental no ambiente laboral, proporcionando uma base de dados crucial para a análise epidemiológica e sociodemográfica desse fenômeno.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil entre 2006 e 2023, buscando compreender sua evolução e os perfis sociodemográficos dos trabalhadores acometidos. Apesar da relevância do tema, pesquisas sobre notificações laborais por transtornos mentais ainda são escassas em cenário nacional. Este projeto visa preencher essa lacuna e fornecer subsídios para políticas públicas de saúde mental no trabalho.

Métodos

Trata-se de um estudo ecológico, descritivo, com dados secundários. Foram incluídos os casos notificados de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT), do período de 2006 a 2023, na população a partir de 14 anos no Brasil. O banco de dados utilizado no presente estudo foi extraído do Sinan, disponibilizado no DATASUS, complementado por consultas a plataformas de pesquisa como a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Desse modo, estudaram-se as seguintes variáveis:

- Características epidemiológicas e sociodemográficas: evolução do período de notificações, sexo (masculino; feminino), faixa etária (em anos, posteriormente categorizada em 14-19; 20-29; 30+; escolaridade (analfabeto, Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Ensino Superior) e raça/cor da pele (branca, parda, preta ou indígena); notificações por: gestação, alcoolismo, tabagismo, psicofármacos e drogas psicoativas.
- Unidade Federativa (UF) da Instituição de saúde notificadora: hospitais, centros de saúde, unidades básicas de saúde (UBS), unidades da Estratégia de Saúde da Família (ESF), Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Secretarias Municipais de Saúde.
- Ocupação: profissionais diversos (médicos, donas de casa, estudantes, desempregados ou não

obtidos, operador de caixa, caixa de banco, vendedor varejista, vigilante, escriturário de banco, auxiliar de enfermagem, ignorados, recepcionistas, técnicos de enfermagem, professor do ensino fundamental I, Agente Comunitário de Saúde, Assistente Administrativos, Gerente de Pessoa Física e Pessoa Jurídica, Motorista Urbano e Enfermeiro.

- d) Diagnóstico específico, segundo a 10ª revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10). Sendo os 5 principais diagnósticos observados nas notificações: Transtorno neurótico, transtorno relacionado com stress e somático (49,75%); Transtornos do humor [afetivos] (22,38%); CID não preenchido (11,42%); Síndrome de Burnout [Esgotamento] Z73.0 (4,92%); Transtorno mental não especificado F99-F99 (2,90%);
- e) Evolução dos casos após o diagnóstico e tratamento: incapacidade temporária, incapacidade permanente parcial, incapacidade permanente total, cura não confirmada, cura, Ign/Branco, Óbito por doença relacionada ao trabalho, óbito por outra causa; e outros. Tratamento: ambulatorial, Ign/Branco, hospitalar

O projeto teve como objetivos calcular a taxa de prevalência das notificações por transtornos mentais relacionados ao trabalho estimando a prevalência desses transtornos, além de identificar as unidades federativas com maior frequência de notificações por transtornos mentais. A amostra foi expandida de indivíduos entre 20 e 59 anos, para todos os indivíduos, a partir de 14 anos, economicamente ativos, notificados, considerando notificações realizadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), e englobou os 5 principais casos de afastamento registrados nos códigos CID-10 relacionados a transtornos mentais. Dados adicionais foram obtidos no DATASUS (<https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>, acesso em 29/10/24), na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o link: <https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/classificacao-brasileira-de-ocupacoes/> (acesso em 30/10/24) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (<https://www.ibge.gov.br/>, acesso em 31/10/24). Na amostra, obteve-se a frequência absoluta de afastamentos de trabalho por motivos de saúde mental (n=22.292). A partir dela, calculou-se as frequências absolutas e relativas das variáveis sexo, faixa etária, raça, escolaridade, gravidez, profissão e motivo do agravo mental notificado. Desse modo, foi descrito o perfil das notificações, incluindo a descrição do perfil sociodemográfico dos indivíduos com casos notificados.

O tratamento estatístico e a organização dos dados foram realizados no LibreOffice (distribuição livre), com ajustes necessários para exclusão de dados incorretamente incluídos em 2024. Gráficos de linhas e tabelas foram elaborados para ilustrar a evolução anual das taxas de prevalência, o número de internações e os afastamentos de trabalho, segmentados por sexo, idade, escolaridade e raça. A prevalência foi calculada dividindo-se o número de casos de notificações pelo total da população economicamente ativa estimado pelo IBGE no Brasil e nas unidades federativas, no período de 2006 a 2023.

O estudo também analisou as principais atividades profissionais afetadas e as doenças mentais predominantes que causaram as notificações. Apesar da relevância do tema, pesquisas sobre notificações laborais por transtornos mentais ainda são escassas em cenário nacional. Este estudo procurou preencher essa lacuna e fornecer subsídios para políticas públicas de saúde mental no trabalho. A pesquisa foi dispensada de análise pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), por utilizar dados de domínio público e de acesso irrestrito, conforme a resolução CNS no 510/2016.

Resultados

No período estudado (2006-2023), foram notificados 22.292 casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho – TMRT – no Brasil; isso significa uma prevalência de 20,72 casos a cada 100.000 habitantes economicamente ativos; desses, 3.835 (17,2%) foram notificados no ano de 2023. Houve um crescimento nas notificações durante o período em estudo de 180,66%, enquanto, no resto do mundo, é estimado pela Organização Mundial de Saúde uma taxa de 39% para o mesmo período.

Figura 1 – Casos notificados de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) por ano no Brasil, no período de 2006 a 2023. (N=22.292)

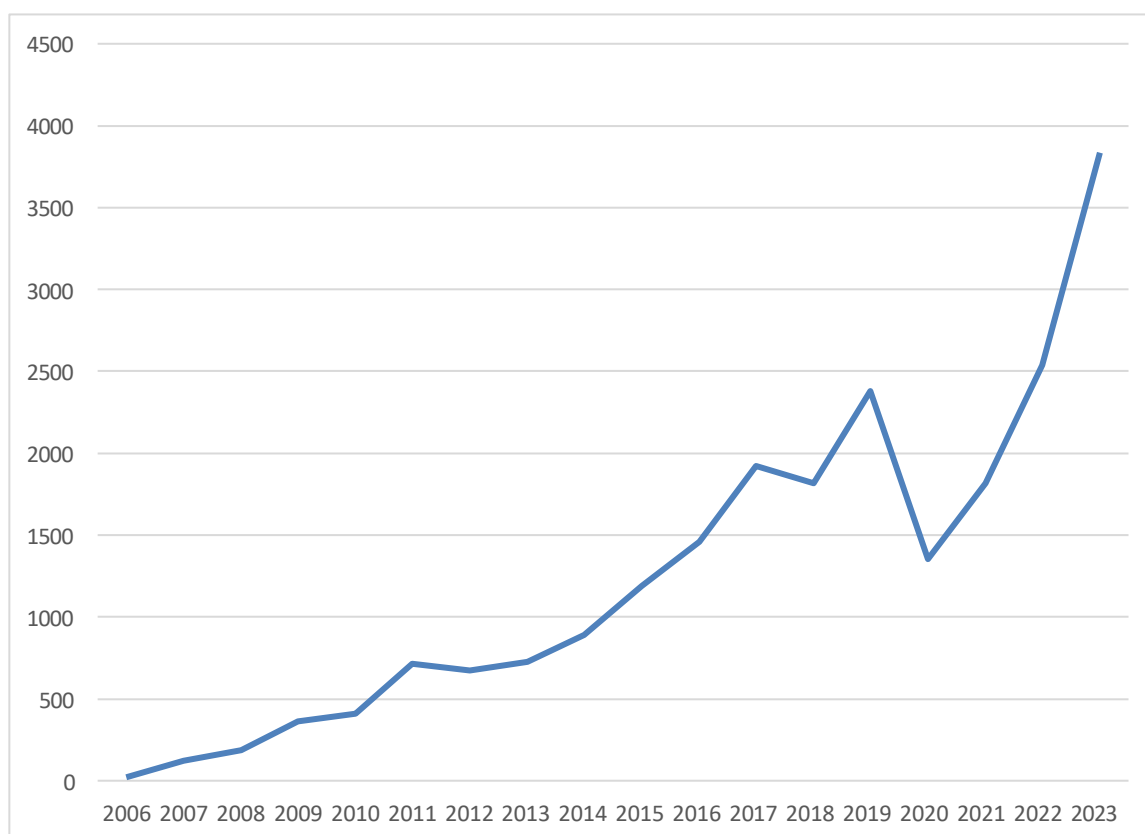


Figura 1: Elaborado pelos autores (2025).

A maioria do total de notificações por TMRT correspondem a pessoas de ensino superior completo (29,4%), sendo composta por mulheres (64,9%), de 35 a 44 anos (22,9%) e brancas (44%); entre todas, 6,4% ingeriam álcool, 5,1% fumavam, 7,4% faziam uso de drogas psicoativas e 33,4% usavam psicofármacos. E, quando gestantes, a maior taxa de notificações por TMRT ocorre no segundo trimestre de gestação, com 217 casos registrados. Quanto ao sexo, o crescimento das notificações foi maior entre as trabalhadoras (64,86%), em comparação aos trabalhadores (35,13%), sendo ignorado apenas 1 caso.

Tabela 1 – Caracterização demográfica dos casos notificados de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT). Brasil, 2006 a 2023 (n=22.292)

Variáveis	n	%
Sexo		
Masculino	7.837	35,13
Feminino	14.454	64,86
Ignorado	1	0,004
Faixa Etária (anos)		
14 – 19	895	4,01
20 – 29	4.735	21,24
30 – 39	5.108	22,92
40 – 49	4.857	21,79
50 – 59	4.289	19,25
60 – 65	2.408	10,80
Raça/Cor		
Branca	9.809	44,01
Parda	7.242	32,49
Preta	3.138	14,08
Amarela	378	1,69
Indígena	175	0,78
Ignorado	1.550	6,95
Escolaridade		
Analfabeto	313	1,40
1ª a 4ª série incompleta	804	3,61
1ª a 4ª série completa	846	3,79
5ª a 8ª série incompleta	1.310	5,88
Ensino Fundamental Completo	1.760	7,90
Ensino Médio Incompleto	2.011	9,02
Ensino Médio Completo	4.072	18,27
Ensino Superior Incompleto	3.292	14,77
Ensino Superior Completo	6.544	29,37
Não se aplica/Ignorado	1.340	6,01
Gestante (n=14.454)		
1º Trimestre	49	0,34
2º Trimestre	128	0,88
3º Trimestre	40	0,28
Total gestantes	217	1,50
Uso de Substâncias		
Álcool	1.427	6,40
Tabaco	1.137	5,10

Variáveis	n	%
Drogas psicoativas	1.648	7,40
Psicofármacos	7.446	33,40

Tabela 1: Elaborada pelos autores (2025).

A Unidade Federativa (UF) de São Paulo notificou a maioria dos casos de TMRT (5.640 casos - 25,17%), seguida por Minas Gerais (4.225 casos – 18,86%), Bahia (1.815 casos - 8,10%), Rio Grande do Sul (1.534 casos - 6,84%) e Rio Grande do Norte (1.302 casos - 5,81%); respectivamente. As cinco unidades

federativas com menor número de notificações foram Amapá (3 casos - 0,013%), Piauí (14 casos – 0,062%), Acre (19 casos – 0,084%), Mato Grosso (73 casos – 0,32%) e Roraima (74 casos – 0,33%).

Tabela 2. Quanto à situação ocupacional dos TMRT, destacam-se 7 profissões com mais de 500 casos notificados, sendo elas em ordem decrescente a seguir (n=8151).

Ocupação	n	%
Técnico em Enfermagem	894	10,96
Professor de Ensino Fundamental I	692	8,48
Agente Comunitário de Saúde (ACS)	657	8,06
Assistente Administrativo	642	7,87
Gerente de Pessoa Física e Jurídica	624	7,65
Motorista Urbano	622	7,63
Enfermeiro	565	6,93
Demais ocupações (abaixo de 500 notificações)	3.455	42,42
Total	8.151	100

Tabela 2: Elaborada pelos autores. (2025)

Após o diagnóstico, os casos tiveram o seguinte tratamento: Seguimento Ambulatorial com 18.751 casos (83,71%); branco ou ignorado (12,13 %) e Seguimento Hospitalar (4,15%).

Tabela 3. Distribuição dos casos notificados de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) segundo diagnóstico (CID-10), evolução dos casos e condutas adotadas. Brasil, 2006 a 2023 (n=22.292)

Variáveis	n	(%)
Diagnóstico (CID-10)		
Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes (F40-F48)	11.097	49,75
Transtornos do humor [afetivos] (F30-F39)	4.980	22,38
CID não preenchido	2.547	11,42
Síndrome de Burnout (Z73.0)	1.096	4,92
Transtorno mental não especificado (F99)	647	2,90
Outros transtornos mentais (demais CIDs)	1.925	8,63
Evolução dos casos (Desfecho)		
Incapacidade temporária	12.574	56,36
Ignorado/Branco	4.228	18,97
Outros	2.057	9,23
Cura não confirmada	1.884	8,45
Cura	807	3,62
Incapacidade permanente parcial	591	2,65
Incapacidade permanente total	130	0,58

Óbito por doença relacionada ao trabalho	14	0,062
Óbito por outra causa	9	0,04
Condutas Adotadas no Ambiente de Trabalho		
Afastamento do local de trabalho	11.306	50,71
Afastamento da situação de desgaste mental	9.857	44,19
Outras condutas	2.728	12,24
Mudanças na organização do trabalho	2.271	10,19
Proteção individual	2.257	10,14
Proteção coletiva	754	3,38

Tabela 3: Elaborada pelos autores. (2025)

Discussão

A crescente prevalência de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) no Brasil, registrada entre 2006 e 2023, reflete uma preocupação crescente com a saúde mental no ambiente ocupacional. Entre 2006 e 2023, houve um aumento alarmante de 180,66% nas notificações de afastamento laboral devido a transtornos mentais e comportamentais. Em 2023, foram concedidos 288.865 benefícios por incapacidade decorrente de TMRT, representando um aumento de 38% em relação a 2022, quando 209.124 benefícios foram concedidos (AMB, 2023). Este crescimento pode ser atribuído a diversos fatores, como a intensificação das cargas laborais, a precarização das condições de trabalho, o aumento da competitividade, o assédio organizacional, além de uma maior conscientização sobre a importância da saúde mental no contexto laboral e mudanças na legislação.

A análise geográfica das notificações revela uma concentração significativa nos estados de São Paulo (25,17%) e Minas Gerais (18,86%), que lideram os casos reportados. Este fenômeno está relacionado não apenas à alta densidade populacional e ao desenvolvimento econômico dessas regiões, mas também à maior conscientização da importância da saúde mental no ambiente de trabalho e à disponibilidade de

serviços de saúde de maior qualidade (IBGE, 2023). Por outro lado, estados como Amapá e Acre apresentam taxas de notificação consideravelmente mais baixas, o que pode sugerir uma subnotificação devido à precarização dos serviços de saúde e à falta de fiscalização eficiente nesses locais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024).

Os dados sociodemográficos revelam que as mulheres representam 64,86% dos casos de TMRT, evidenciando um impacto desproporcional sobre esse grupo. Este cenário pode ser atribuído à dupla jornada de trabalho, ao assédio moral e sexual no ambiente profissional e à maior tendência das mulheres em buscar atendimento médico para sintomas psicológicos (GOMES et al., 2022). Um dado particularmente alarmante é o aumento das notificações no segundo trimestre da gravidez, o que sugere que fatores hormonais, emocionais e financeiros podem intensificar os sintomas de ansiedade e depressão entre gestantes trabalhadoras (LOPES et al., 2023).

Entre as mulheres que se afastam por TMRT, a maioria tem ensino superior completo (29,26%) e se encontra na faixa etária de 35 a 45 anos. Este perfil sugere que profissões de alta qualificação, que exigem grande desempenho cognitivo e emocional, estão mais associadas a um aumento na incidência de TMRT. O fato de que mulheres brancas (58,2%) lideram as notificações também sugere que, apesar de ser um grupo com maior escolaridade, elas podem estar mais expostas a profissões de alta demanda, com exigências emocionais e cognitivas intensas. Em contraste, mulheres pretas (9,9%), pardas (22,4%) e indígenas (0,5%) também são impactadas, mas suas taxas de afastamento são notavelmente menores, o que pode refletir uma maior subnotificação entre essas populações devido a fatores como a precarização das condições de trabalho e o menor acesso a serviços de saúde (IBGE, 2023). Em comparação com outros países, como Suécia e Canadá, onde políticas trabalhistas protetivas para mulheres gestantes e trabalhadoras em funções de alta pressão são mais eficazes, as taxas de afastamento por transtornos mentais são consideravelmente menores (JOHANSSON et al., 2022).

Sobre as profissões mais afetadas por TMRT, destacam-se técnicos de enfermagem (894 casos), professores do ensino fundamental (692 casos) e agentes comunitários de saúde (657 casos). Esses profissionais enfrentam níveis elevados de estresse devido à carga emocional intensa e às longas jornadas de trabalho. Estudos sugerem que esses grupos estão mais propensos a desenvolver o Burnout, transtornos depressivos e outros problemas de saúde mental, impactando diretamente sua qualidade de vida e desempenho no trabalho (COSTA et al., 2023).

A comparação com países como Alemanha e Reino Unido, que implementaram políticas de prevenção mais robustas, como suporte psicológico acessível e redução da carga horária de profissionais em funções de alta pressão emocional, revela que esses países apresentam índices significativamente inferiores de TMRT. Essa diferença destaca a importância de políticas públicas e de empresas para mitigar os efeitos dos transtornos mentais no ambiente de trabalho (OECD, 2023).

O aumento de 181,61% nas notificações de TMRT no Brasil entre 2006 e 2023 é alarmante, especialmente quando comparado com o aumento médio de 50% nos países europeus no mesmo período (EUROSTAT, 2023). Em 2023, a variação de 38% no Brasil no número de benefícios concedidos foi consideravelmente maior do que a média global, que foi de 12% nos países da OCDE. Esse crescimento acentuado pode ser atribuído à ausência de políticas preventivas eficazes no Brasil, onde apenas 32% das empresas oferecem programas estruturados de apoio psicológico aos seus funcionários. Em contraste, na União Europeia, cerca de 74% das empresas implementam esses programas (OECD, 2023).

Esse quadro de crescimento no Brasil e a falta de políticas eficazes de prevenção têm um custo elevado para a economia do país. Estimativas indicam que, caso o Brasil adotasse medidas preventivas semelhantes às implementadas pela OCDE, o país poderia economizar até R\$ 25 bilhões por ano em custos relacionados a afastamentos e perda de produtividade (OECD, 2023). Este dado reforça a necessidade urgente de investir em políticas públicas voltadas para a mitigação de TMRT, visando não apenas a saúde dos trabalhadores, mas também a sustentabilidade econômica do país.

Considerações Finais

A análise dos dados de 2006 a 2023 revela que o Brasil enfrenta um cenário preocupante em relação aos Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho, com destaque para o aumento exponencial das notificações, especialmente entre as mulheres e gestantes no segundo trimestre de gravidez. O perfil sociodemográfico dos trabalhadores afastados indica que as mulheres, particularmente aquelas com ensino superior completo e de 35 a 45 anos, são mais afetadas, possivelmente devido a exigências cognitivas e emocionais em suas profissões. Além disso, a análise das mulheres negras, pardas e indígenas, cujas taxas de afastamento são mais baixas, também sugere uma subnotificação, o que evidencia a necessidade de políticas mais inclusivas e equitativas.

A distribuição geográfica das notificações também evidencia a disparidade entre as regiões mais desenvolvidas e as mais precárias, sugerindo que a subnotificação é um problema significativo em algumas áreas do país. Além disso, a comparação com outros países demonstra que a implementação de políticas de proteção e prevenção mais robustas pode reduzir substancialmente as taxas de TMRT.

Diante deste cenário, torna-se evidente a urgência de políticas públicas mais eficazes, que não apenas promovam um ambiente de trabalho mais saudável, mas que também possam resultar em economias substanciais para o país. A implementação de programas de prevenção, suporte psicológico e redução da carga horária para profissões de alta pressão emocional pode não apenas melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também gerar uma economia significativa, reforçando a importância de um investimento mais amplo em saúde mental ocupacional.

Em conclusão, a promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis e o avanço nas políticas públicas de proteção e prevenção são essenciais para mitigar o impacto dos transtornos mentais no Brasil, garantindo não apenas o bem-estar dos trabalhadores, mas também a sustentabilidade das organizações e da economia nacional. A pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre saúde mental no contexto laboral e subsidiar políticas públicas mais assertivas para a proteção da força de trabalho brasileira.

Contribuições Individuais: Eduardo César Gouveia Soares, idealizador do projeto, em que o presente artigo fez parte do seu Trabalho de conclusão de curso da graduação em medicina na Universidade Federal da Fronteira Sul, foi responsável pela concepção do estudo, metodologia, análise formal dos resultados obtidos através do DATASUS e redação – versão original e revisão. Renata dos Santos Rabello contribuiu com a revisão estatística, epidemiológica e aspectos gerais do texto, prestando suporte inestimável ao longo de todo o trabalho. investigação, recursos e revisão do manuscrito. Todos os autores leram e aprovaram a versão final submetida e assumem responsabilidade pública por todos os aspectos do trabalho. Patrycia Chedid Danna, médica psiquiatra, contribuiu com revisões gerais do texto. Rogério Tomasi Riffel, médico psiquiatra, diretor do Hospital psiquiátrico Bezerra de Menezes e preceptor da Residência de psiquiatria da UFFS, orientou o autor principal.

Conflito de interesse: Não houve nenhum tipo de conflito de interesse por parte dos autores, tendo, portanto, o trabalho decorrido de modo ético.

Referência Bibliográfica

AMB. Associação Médica Brasileira. **Relatório Anual sobre Afastamentos Laborais e Saúde Mental**. 2023. Disponível em: <https://www.amb.org.br>

Costa, L. L., et al. **Impacto do Estresse Ocupacional em Técnicos de Enfermagem e Professores do Ensino Fundamental: Um Estudo de Caso em Profissões de Alta Exigência Emocional**. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 2023, v. 48, n. 2, p. 213-220. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbso2023>

Gomes, F. P., et al. **A Influência do Assédio Moral e Sexual no Trabalho e a Maior Propensão das Mulheres a Buscar Atendimento Médico para Transtornos Mentais**. *Revista Brasileira de Psicologia Social e Organizacional*, 2022, v. 18, n. 1, p. 45-58.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde 2023**. IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>

JOHANSSON, M., et al. **A Prevenção de Transtornos Mentais no Ambiente de Trabalho: Análise Comparativa entre Suécia, Canadá e Brasil**. *International Journal of Occupational Health*, 2022, v. 41, n. 3, p. 202-211. DOI: <https://doi.org/10.1177/09596844221016403>

Lopes, M. R., et al. **Transtornos Mentais em Gestantes Trabalhadoras: Impactos no Segundo Trimestre da Gravidez**. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, 2023, v. 58, p. 197-207. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-891020230058197>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Análise da Distribuição Geográfica de Afastamentos Laborais por Transtornos Mentais no Brasil: Um Estudo sobre Subnotificação em Regiões Menos Desenvolvidas**. *Boletim Epidemiológico*, 2024, v. 45, n. 2, p. 125-132. Disponível em: <https://www.saude.gov.br>

OECD. **Health at a Glance 2023: OECD Indicators**. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/health/health-at-a-glance-2023.htm>

EUROSTAT. **Eurostat: Aumento de Afastamentos Laborais por Transtornos Mentais na Europa: Comparação com Países em Desenvolvimento**. *European Union Statistics*, 2023. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat>

4. CONCLUSÃO

Os resultados obtidos neste estudo permitem concluir que os transtornos mentais relacionados ao afastamento do trabalho no Brasil, no período de 2006 a 2023, configuraram-se como um problema de saúde pública de magnitude crescente, impactando de forma significativa tanto os indivíduos acometidos quanto o sistema produtivo, os serviços de saúde e a economia nacional. Observou-se um aumento expressivo de 180,66% nas notificações desses agravos, evidenciando a urgência na implementação de intervenções estruturadas e efetivas, tanto no âmbito da saúde ocupacional quanto na formulação de políticas públicas direcionadas à proteção e promoção da saúde mental dos trabalhadores brasileiros.

A análise dos dados revelou que os grupos mais afetados são, majoritariamente, compostos por mulheres (64,86%), especialmente aquelas que se autodeclararam brancas (58,2%), com idade concentrada entre 20 e 40 anos e com escolaridade de nível médio e superior. Em relação aos setores produtivos, destacam-se como os mais impactados os profissionais da área da saúde — notadamente os técnicos de enfermagem — e da educação, particularmente os professores do ensino fundamental. Esse padrão corrobora a hipótese de que ocupações associadas a elevada demanda emocional e social estão mais suscetíveis ao adoecimento psíquico. Dentre os principais agravos notificados, predominaram os transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e transtornos Somatoformes (CID F40-F48), seguidos pelos transtornos do humor, especialmente depressivos (CID F30-F39), além da Síndrome de Burnout (CID Z73.0), que se consolida como uma das principais causas de incapacidade laboral por agravo psíquico no Brasil.

Adicionalmente, este estudo evidenciou uma distribuição geográfica heterogênea dos afastamentos por transtornos mentais entre as Unidades Federativas, sendo mais prevalentes nas regiões Sudeste e Sul. Este fato reflete não apenas fatores econômicos e estruturais, mas também a maior robustez dos sistemas de vigilância epidemiológica e dos processos de notificação nessas regiões. Tal aspecto reforça a existência de disparidades regionais, que devem ser consideradas na elaboração de intervenções mais equânimes, eficientes e territorialmente sensíveis. Neste contexto, torna-se evidente que os transtornos mentais associados ao trabalho não podem ser analisados de forma isolada, devendo ser compreendidos como resultado da interação entre determinantes laborais, econômicos, culturais e sociais. Fatores como precarização das relações de trabalho, intensificação das jornadas, metas abusivas, assédio organizacional e ausência de suporte psicossocial no ambiente laboral são determinantes críticos para o adoecimento psíquico dos trabalhadores.

Diante desse panorama, este estudo reafirma a necessidade urgente de fortalecimento das políticas públicas de saúde mental ocupacional no Brasil. A adoção de medidas de prevenção primária — como programas de promoção da saúde mental nos ambientes laborais, redução de cargas horárias excessivas, criação de espaços de escuta qualificada e capacitação de gestores para o manejo de riscos psicossociais — é imperativa. Da mesma forma, medidas de prevenção secundária e terciária, como o acesso facilitado a atendimento psicoterapêutico, acompanhamento psiquiátrico e programas de readaptação laboral, devem ser priorizadas. Além disso, medidas de prevenção quaternária e quinquenária se faz urgente — como a revisão da polifarmácia para evitar iatrogenia e medidas de cuidados aos profissionais da saúde (cuidar de quem cuida). Dados deste estudo sugerem que a implementação de políticas eficazes poderia gerar uma economia estimada de até R\$ 25 bilhões anuais, além de contribuir significativamente para a qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores brasileiros.

Entretanto, este trabalho apresenta limitações metodológicas importantes. Por tratar-se de uma pesquisa baseada em dados secundários provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), há possibilidade de subnotificações, inconsistências e preenchimento incompleto das fichas de notificação, o que pode impactar diretamente na acurácia dos resultados. Além disso, existe uma disparidade na capacidade de registro e vigilância epidemiológica entre as Unidades Federativas, sendo que as regiões mais estruturadas, como Sul e Sudeste, tendem a apresentar taxas mais elevadas de

notificações, não necessariamente refletindo uma maior incidência real, mas, possivelmente, maior eficiência nos processos de notificação. O delineamento ecológico e descritivo adotado constitui outra limitação, pois permite identificar associações e tendências populacionais, mas não possibilita estabelecer relações de causalidade entre os agravos mentais e as condições específicas de trabalho. Soma-se a isso a ausência de dados qualitativos, como informações sobre o ambiente organizacional, grau de estresse ocupacional, presença ou ausência de suporte psicossocial, além do histórico pessoal e laboral dos indivíduos notificados. Ademais, embora o critério etário (14 a 65 anos) contemple a população economicamente ativa, o sistema de dados não permite diferenciar trabalhadores formais, informais, autônomos, desempregados ou indivíduos fora da força de trabalho, o que pode gerar vieses na interpretação dos resultados. Apesar dessas limitações, este estudo oferece uma contribuição relevante e atualizada para o campo da epidemiologia ocupacional e da saúde coletiva, subsidiando gestores, formuladores de políticas públicas e profissionais da saúde na elaboração de estratégias mais efetivas e direcionadas à promoção da saúde mental no ambiente de trabalho. Portanto, promover a saúde mental no ambiente laboral deve ser entendido como uma prioridade ética, social e econômica. A construção de uma sociedade mais justa, saudável e produtiva depende, fundamentalmente, da capacidade coletiva de enfrentar os determinantes sociais, econômicos e laborais do adoecimento mental, reconhecendo o trabalho não apenas como meio de subsistência, mas também como um potente determinante da saúde e do bem-estar da população

